

Revogada pela Resolução nº.7, de 08 de outubro de 2020

~~RESOLUÇÃO Nº 34, de 19 de outubro de 1987.~~

~~O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, pela unanimidade dos membros presentes à 101ª reunião ordinária, realizada em Brasília, no Edifício Sede do Ministério da Justiça, no dia 19 de outubro de 1987,~~

~~RESOLVE acolher e encaminhar ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça a seguinte proposta do Conselheiro SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, no sentido da publicação do anteprojeto de Parte Especial do Código Penal: “A 18 de outubro de 1984, o Professor LUIZ VICENTE CERNICCHIARO fez entrega ao Ministério da Justiça de texto revisto de anteprojeto de lei modificativa da Parte Especial do Código Penal”.~~

~~O estudo fora elaborado, desde os idos de 1983, sob coordenação do aludido penalista, pelos Professores EVERARDO DA CUNHA LUNA, JAIR LEONARDO LOPES, JOSÉ BONIFÁCIO DINIZ DE ANDRADA, MANOEL PEDRO PIMENTEL, MIGUEL REALE JÚNIOR, RENÉ ARIEL DOTTI, RICARDO ANTUNES ANDREUCCI e pelo signatário. Durante o labor de revisão, colaborou, também, o Professor JOSÉ FREDERICO MARQUES.~~

~~Bastaria lembrar, e de modo compendioso, alguns poucos tópicos do trabalho, para só lhe evidenciar o interesse, para a comunidade jurídica.~~

~~Assim é que, ao cuidar dos crimes contra a vida, consagra a ortotanásia. No referente ao abortamento, traz ampliada a exclusão da ilicitude, com a hipótese de o nascituro apresentar graves e irreversíveis anomalias físicas ou mentais.~~

~~A licitude da supressão da função generativa, praticada por médico, acha-se contemplada, mas sem abandono da heurística jurídica, integrando os preceitos dizentes com a integridade corporal e com a saúde.~~

~~No capítulo dos crimes contra a honra, inova, admitindo a ofensa à pessoa jurídica, com vistas ao abalo de crédito.~~

~~Já, tratando da liberdade pessoal, cria a figura do ‘ajuste sobre pessoa’, a qual corrige o promover e o intermediar a entrega de menor a outrem, com o fim de lucro.~~

~~Toda uma seção volta-se à proteção da vida privada, tutelando não só a casa, mas a intimidade e a imagem, não esquecendo o abuso de informática.~~

~~Importantes modificações ostentam a parte, que pertine aos crimes contra o patrimônio. O roubo, pois oferece definido como delito formal, sendo ‘constranger’ o verbo regente, no resguardo da pessoa humana. A apropriação indébita faz emergir, normativamente, alargada para alcançar, por igual, os bens imóveis. Dentre as fraudes, nele irrompem~~

~~elencadas a publicidade enganosa e o lucro fictício, cuja precisão de reprimenda penal pede debate.~~

~~O título, que se reporta ao trabalho, não cuida da greve. Dirige-se, tão só, para garantia da liberdade de exercício e de sua organização. Notável mostra-se, então, o modelo penal da omissão de medidas de higiene e segurança do trabalho.~~

~~Muitas e significativas modificações legais exibem nos crimes contra os costumes. Os delitos de sedução e de corrupção de menores deservem reformados. Elimina, no rapto, a qualificação 'honesta' da ofendida, em reforço da liberdade individual. Extingue toda a presunção absoluta de violência, hoje, incompatível com o direito penal. O tráfico internacional de mulheres apresenta transformado em tráfico de pessoas, coibindo-o, seja a prostituição feminina, ou masculina.~~

~~Nos crimes contra a família, descriminaliza o adultério; trata de excluir de punibilidade o falso registro de pessoa, desde que promovido por motivo de reconhecida nobreza; porém define o tipo legal de abandono de gestante.~~

~~O 'usar radiação ionizante ou substância radioativa, expondo a perigo de vida e a integridade corporal, a saúde ou o patrimônio de outrem', tem como figura de crime de perigo comum. Sua pertinência aflora manifesta, nos dias correntes.~~

~~Capítulo nele muito revisto é o dos crimes contra os meios de transporte e comunicação. Nenhum lhe escapa, assim emendando a lei vigente. Pune, de outra sorte, o atentado contra a segurança de serviços de utilidade pública e a interrupção ou perturbação de meio de comunicação.~~

~~Na parte ubicada ao amparo da fé pública, avulta em cuidados com a falsidade documental. Note-se-lhe a idéia de construir o conceito unitário de documento. Daí, abriu-se a possibilidade de prever a conduta ilícita, consistente em falsificar programação de dados automatizados.~~

~~Relevantes novidades produz no capítulo dos crimes contra a administração da justiça. Vão desde a tipificação da coação indireta no curso do processo judiciário, até a punição da tortura. O fornecimento de arma a preso ou internado e a violação de prerrogativa legal de advogado, constituem novidades, também, desenhadas.~~

~~Existem três títulos de subida importância, posto que agora ausentes do Código Penal. A saber: crimes contra a ordem econômica, financeira e tributária; contra o meio ambiente e contra a memória nacional.~~

~~No primeiro, castiga o abuso de poder econômico; defende a poupança popular da fraude e dá dissipações financeiras; assim como não descarta de reprimir a sonegação fiscal e o locupletamento indevido.~~

~~Contra a degradação ambiental e seu favorecimento volta-se o segundo. A água, o ar e o solo, ainda, a flora e a fauna, mais a paisagem, tornam-se bens jurídicos, penalmente, valiosos, no mencionado texto.~~

~~O terceiro novel título exsurge respondendo, onde as normas civis e administrativas não foram bastante. Sanciona, portanto, o dano a memória nacional, contida em monumento ou documento; em coisas tombadas ou do domínio e tutela dos Poderes Públicos. Pune-lhes tanto a falsificação, quanto o comércio ilícito.~~

~~Ora, a necessidade de reformação da Parte Especial do Código Penal é por muitos reclamada. Tomo-lhe um esboço. Já vê que tal documento não merece restar qual se acha: inédito e sem proveito.”~~

~~Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.~~

~~EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES~~

~~Presidente~~

~~Publicada no DOU de 28/10/87.~~

